

CADERNO DE ENCARGOS

DEZ/2022 | REF.ª [D.02306.2022](#)

AJUSTE DIRETO N.º 68/2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA EDÍFICIO TNDM II E ARMAZÉM

ÍNDICE

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS	2
CLÁUSULA PRIMEIRA ENTIDADE ADJUDICANTE E OBJETO DO CONTRATO	2
CLÁUSULA SEGUNDA PRAZO DE EXECUÇÃO	2
CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO BASE	2
CLÁUSULA QUARTA PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	3
CLÁUSULA QUINTA LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	4
CLÁUSULA SEXTA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	4
CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO	4
CLÁUSULA OITAVA SIGILO E GARANTIA DE CONFIDENCIALIDADE	5
CLÁUSULA NONA SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS	6
CLÁUSULA DÉCIMA PENALIDADES CONTRATUAIS	6
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	7
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO	8
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	8
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO	8
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA FORÇA MAIOR	8
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	9
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO COMPETENTE	9
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	9
CLÁUSULA DÉCIMA NONA GESTOR DO CONTRATO	10
PARTE II ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	11
CLÁUSULA PRIMEIRA REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES	11
CLÁUSULA SEGUNDA TIPOLOGIAS DE SERVIÇO	12

CLÁUSULA PRIMEIRA | ENTIDADE ADJUDICANTE E OBJETO DO CONTRATO

1. A Entidade Adjudicante é o Teatro Nacional D. Maria II (TNDM II), pessoa coletiva n.º 501058834, instituída pelo Decreto-Lei n.º 158/2007 de 27 de abril, com sede na Praça D. Pedro IV 1100-201 Lisboa.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, que tem por objeto a prestação de serviços especializados de limpeza para o edifício do Teatro Nacional D. Maria II e respetivo armazém, nos termos definidos na *Parte II – Especificações Técnicas* do caderno de encargos.
3. O TNDM II reserva-se o direito de, sempre que considere necessário, prestar as informações complementares necessárias à sua boa e regular execução.

CLÁUSULA SEGUNDA | PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação de serviços supra descrita e melhor identificada na *Parte II – Especificações Técnicas* do presente caderno de encargos decorrerá pelo período de **6 (seis) meses**, a contar da assinatura do contrato, estimada para **11 de janeiro de 2022**, ou até ser atingido o preço contratual previsto no número seguinte, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA | PREÇO BASE

1. É fixado um preço base de **14.460,00€** (catorze mil quatrocentos e sessenta euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
2. São fixados os seguintes preços base parciais, aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, para as tipologias de serviços indicadas na cláusula segunda da *Parte II – Especificações Técnicas* do presente caderno de encargos:
 - a. Tipo A | Serviço de limpeza todas as instalações TNDM II – 1.750,00 € (mil setecentos e cinquenta euros)/mês;
 - b. Tipo B | Serviço de limpeza armazém:
 - i. 2 vezes por semana – 320,00 € (trezentos e vinte euros);
 - ii. 2 vezes por mês – 340,00 € (trezentos e quarenta euros).
3. Os serviços descritos na alínea a) serão prestados em todas as instalações do Teatro, nas moradas indicadas na cláusula 5.ª.
4. Os preços base parciais indicados na alínea b) do número 2 resultam de uma estimativa não vinculativa de consumo dos serviços descritos na cláusula segunda da *Parte II – Especificações Técnicas* do presente caderno de encargos.

5. Caso a execução contratual se venha a revelar diferente da estimativa que consta supra, não poderá ser requerido ao TNDM II qualquer tipo de indemnização para cobrir a diferença entre o valor previsto para a prestação de serviços e o valor efetivamente pago pelos serviços prestados.
6. O TNDM II não se obriga a solicitar serviços no valor do preço contratual, nem o contrato concede nenhum direito exclusivo de prestação deste tipo de serviços.
7. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o TNDM II compromete-se a pagar ao adjudicatário os preços dos serviços solicitados e efetivamente prestados, de acordo com os preços unitários constantes das tipologias de serviço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e condições constantes da cláusula seguinte.
8. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo alimentação e deslocação dos meios humanos alocados à prestação de serviços, materiais, produtos e equipamentos que se afigurem necessários à prossecução das prestações objeto do contrato, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
9. O preço não é revisível durante a execução de contrato, senão nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.
10. O presente procedimento assume a classificação CPV seguinte – Serviços de limpeza, sendo que ao vocabulário principal corresponde ao código 90910000-9.

CLÁUSULA QUARTA | PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O TNDM II obriga-se a pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, tendo por limite o valor referido na cláusula anterior.
2. A quantia mensal devida pelo TNDM II, deverá ser emitida com base nos serviços prestados no mês transato, nos termos da cláusula anterior, e será paga até 30 (trinta) dias após a receção da fatura, a qual deve ser emitida em nome do Teatro Nacional D. Maria II, sito na Praça D. Pedro IV, 1100-201 Lisboa e remetida através do [Portal da Fatura Eletrónica na Administração Pública](#), nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, ou através do endereço eletrónico - faturas@tndm.pt, em formato PDF.
3. O adjudicatário obriga-se a emitir faturas, das quais conste:
 - a. A discriminação dos serviços prestados, com indicação da data de realização dos mesmos;
 - a. N.º de compromisso a indicar pelo TNDM II;
 - b. O período de tempo a que respeita;
 - c. O preço;
 - d. Outros itens que a Lei imponha.

4. Em caso de discordância por parte do TNDM II quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Caso se verifique a cessação antecipada da prestação de serviços, só será devido o preço que corresponda aos serviços efetivamente prestados.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário.
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente caderno de encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso da prestação de serviços terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

CLÁUSULA QUINTA | LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Os serviços objeto do presente caderno de encargos serão prestados nas seguintes localizações:
 - a. TNDM II | Praça D. Pedro IV (Rossio), 1100-201 Lisboa;
 - b. Armazém TNDM II | Infante D. Henrique Pav. 4, 2735-000 Agualva-Cacém;
 - c. Tóbis | Rua Luís Pastor de Macedo 15, 1750-179 Lisboa.
2. Durante a execução de contrato, poderão ocorrer alterações com fundamento em razões de mudança de instalações, alterações orgânicas ou quaisquer outras alterações supervenientes.
3. A ocorrerem as alterações indicadas no número anterior, deverá o contrato a celebrar ser objeto de modificação por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA | FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. A prestação de serviços será executada nos termos definidos na *Parte II – Especificações Técnicas* do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato serão prestados rotativamente, caso necessário, nos locais indicados na cláusula anterior, sendo responsabilidade do adjudicatário o transporte do pessoal alocado à prestação de serviços.
3. Os serviços objeto do contrato serão prestados pelo adjudicatário sob definição, coordenação e supervisão da Direção de Manutenção do TNDM II, devendo as comunicações entre as partes ser realizadas preferencialmente por e-mail para os endereços sdias@tndm.pt e apatricio@tndm.pt.

CLÁUSULA SÉTIMA | OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorre para o adjudicatário a obrigação principal de prestar os respetivos serviços objeto de contrato em conformidade com os requisitos técnicos,

funcionais e condições definidas previstas na *Parte II – Especificações Técnicas*, do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante, e, designadamente:

- a. Comunicar antecipadamente por escrito ao Gestor do Contrato, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos;
 - b. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - c. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução de contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, bem como as alterações aos contatos e moradas indicados no contrato a celebrar.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto de contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA OITAVA | SIGILO E GARANTIA DE CONFIDENCIALIDADE

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, bem como ficará sujeito a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso, ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, quer durante quer após a execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário fica sujeito ao dever de sigilo profissional em relação a todos os factos que tome conhecimento por via da execução do presente contrato, atinentes à organização e à atividade do TNDM II, quer durante a execução deste, quer após a cessação da sua vigência.

CLÁUSULA NONA | SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS

1. É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário o cumprimento de quaisquer obrigações de natureza fiscal e para fiscal, ou outras decorrentes da celebração do contrato, incluindo as impostas pela legislação laboral.
2. O adjudicatário obriga-se a cumprir todos os procedimentos legais e convencionais aplicáveis à sua atividade e relativos aos trabalhadores e colaboradores que estão ao seu serviço, nomeadamente o pagamento dos encargos sociais, seguros ou outros legalmente fixados e obriga-se a contratar e manter em vigor todos os seguros legalmente exigíveis para o exercício da respetiva atividade.
3. O adjudicatário obriga-se a cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo por sua conta os encargos que daí resultarem, incluindo os que decorram de eventuais acidentes.
4. O adjudicatário é responsável por quaisquer ações diretas ou indiretas dos seus trabalhadores e colaboradores, que impliquem prejuízo para o TNDM II, para os seus trabalhadores ou para terceiros.
5. O adjudicatário é ainda responsável pelo pagamento de quaisquer indemnizações devidas ao TNDM II, aos seus trabalhadores ou a terceiros, originadas por danos causados em consequência de quaisquer ações ou omissões que lhe sejam direta ou indiretamente imputáveis ou aos trabalhadores ou colaboradores ao seu serviço.
6. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato por causa imputável do adjudicatário, este será responsável pelas despesas suportadas pelo TNDM II diretamente relacionadas com o objeto em falta.

CLÁUSULA DÉCIMA | PENALIDADES CONTRATUAIS

1. No caso de incumprimento, ou cumprimento defeituoso do contrato, e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada, sem prejuízo de maior indemnização a haver, uma penalidade de acordo com as seguintes alíneas:
 - a. Em caso de atraso na execução dos serviços objeto do presente contrato, o TNDM II, notificará o prestador de serviços para regularizar a situação;
 - b. Decorrido o prazo indicado pela entidade adjudicante sem que o serviço tenha sido prestado nos termos contratados, poderá a mesma aplicar ao adjudicatário, uma multa correspondente a 1‰ (um por mil) do preço contratual por cada dia de atraso, durante os primeiros oito dias de atraso;
 - c. O valor da multa diária agravar-se-á em mais 1‰ (um por mil) por cada período subsequente de oito dias, até atingir 5‰ (cinco por mil), o que constituirá o valor mínimo de multa diária que será aplicada enquanto durar a mora.

2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o TNDM II decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o TNDM II pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até aos limites indicados no ponto anterior.
4. O TNDM II pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o TNDM II exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA | RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o TNDM II pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - a. A falta de respeito e/ou de urbanidade do adjudicatário ou dos trabalhadores ao seu serviço em relação aos representantes, trabalhadores ou utilizadores do TNDM II;
 - b. A falta reiterada de comparência ao serviço, nas condições contratadas, por parte do adjudicatário ou dos trabalhadores ao seu serviço;
 - c. A falta reiterada, por parte do adjudicatário ou dos trabalhadores ao seu serviço, de zelo ou diligência na prestação dos serviços contratados, suscetíveis de prejudicar o resultado dessa prestação;
 - d. A falta reiterada, por parte do adjudicatário ou dos trabalhadores ao seu serviço, de cumprimento das normas regulamentares de acesso e permanência nas instalações do TNDM II, nomeadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - e. A prática, pelo adjudicatário ou pelos trabalhadores ao seu serviço, durante a prestação dos serviços referidos na cláusula primeira, de quaisquer factos incompatíveis com a atividade do TNDM II ou com a imagem desta, ou que atentem contra os seus interesses ou o seu património.
2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior pelo TNDM II não preclui o direito de ser ressarcido pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário e da resolução.
3. O TNDM II, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e tem efeitos imediatos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA | RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA | CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização expressa da TNDM II.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b. O TNDM II apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código da Contratação Pública para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA | SUBCONTRATAÇÃO

1. O adjudicatário poderá, por exceção, recorrer à subcontratação de serviços para suprimir alguma necessidade que se identifique durante a execução contratual.
2. A subcontratação deverá ser comunicada ao gestor do contrato, ficando a sua efetivação dependente de autorização expressa do conselho de administração da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário permanece integralmente responsável perante o TNDM II pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA | FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - d. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário ou nas do TNDM II cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência do adjudicatário ou ao incumprimento de normas de segurança por parte deste;
 - e. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - f. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

No que não estiver especialmente previsto no contrato, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação conexas com o objeto de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA | FORO COMPETENTE

As partes designam como competente o foro da Comarca de Lisboa para dirimir quaisquer questões emergentes da interpretação e execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA | GESTOR DO CONTRATO

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do Contrato, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, o qual será designado pelo TNDM II, e que deverá garantir as condições necessárias à boa execução da prestação do serviço.
2. O Gestor poderá promover reuniões com o prestador de serviços para assegurar o acompanhamento dos serviços prestados, quer para a análise de relatórios, quer para disponibilizar os esclarecimentos ou as orientações que se considerem adequadas.
3. Caso o Gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao prestador de serviços que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o prestador de serviços de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações
5. O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o Gestor do Contrato designado pelo TNDM II.

CLÁUSULA PRIMEIRA | REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES

1. O serviço objeto de contrato deverá ser prestado através de pessoal com as qualificações e aptidões exigidas pela natureza das respetivas atividades, assegurando o adjudicatário que o pessoal a seu serviço possui a robustez física, a formação e as demais aptidões necessárias para o exercício das funções referidas, não se encontrando abrangido por qualquer impedimento legal ao exercício dessas atividades.
2. O pessoal do adjudicatário atuará sempre, na prestação dos serviços objeto de contrato, dentro dos limites e em função dos objetivos estabelecidos pelo TNDM II.
3. O adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços pessoal de reconhecida idoneidade, fisicamente apto e com perfil adequado para o desempenho das funções que lhe são atribuídas, fazendo observar ao seu pessoal o rigoroso e integral cumprimento das normas de segurança gerais e específicas vigentes no TNDM II.
4. O adjudicatário garantirá que todo o pessoal afeto à prestação de serviços se encontra devidamente identificado.
5. O serviço a prestar será passado ao supervisor e só ele terá a incumbência de o transmitir aos técnicos.
6. O adjudicatário deverá garantir os materiais, produtos e equipamentos necessários para o pessoal alocado à prestação de serviços realizar todos os serviços objeto do contrato, designadamente carrinhos de limpeza, aspiradores, meios de elevação e produtos de limpeza.
7. No cenário pandémico atual, o adjudicatário deverá assegurar que os técnicos alocados à prestação de serviços respeitam e cumprem as normas de segurança implementadas pela DGS, garantindo a higienização dos espaços.
8. Deverá ser dada formação interna do serviço a prestar a vários elementos a alocar à prestação de serviços, de forma a colmatar faltas imprevistas, assegurando a substituição, em tempo oportuno e sem constrangimentos para o TNDM II, de qualquer elemento do pessoal afeto à prestação de serviços, atendendo à complexidade do edifício.
9. É obrigatório a utilização da farda da empresa, bem como calçado apropriado, devendo existir cuidado na imagem, no tocante à limpeza da mesma e boa apresentação.
10. É expressamente proibido o uso de chinelos ou outro calçado aberto.
11. É obrigatório a utilização de rádio portátil, a fornecer pelo TNDM II, durante todo o serviço no interior do edifício do TNDM II.
12. O TNDM II reserva-se ao direito de alterar a ordem de trabalhos descrita na cláusula seguinte, designadamente nas tipologias de serviço A e B.

CLÁUSULA SEGUNDA | TIPOLOGIAS DE SERVIÇO

A prestação de serviços contempla as seguintes tipologias, sem prejuízo de alterações nos horários e na sua duração, sempre que existirem necessidades urgentes:

TIPO A		
SERVIÇO DE LIMPEZA DE APOIO GERAL NO EDIFÍCIO TNDM II / CACÉM / TÓBIS		
Horários (exceto feriados)	Quantidade	Observações
2ª a 6ª feira das 09h00 às 13h00	2 Técnica/o(s)	Serviços de limpeza para atuação nos locais onde se verifica essa necessidade. Serão dadas as indicações às técnicas para esses serviços.

TIPO B		
SERVIÇO DE LIMPEZA NO ARMAZÉM SITUADO NO CACÉM		
Horários (exceto feriados)	Quantidade	Observações
2 vezes por semana – 3.ªs e 5.ªs feiras (ou outros dias a agendar) das 09h00 às 13h00	1 Técnica/o	Serviço de limpeza para atuação nos locais onde se verifica essa necessidade. Serão dadas as indicações às técnicas para estes serviços.
2 vezes por mês (serviço quinzenal a agendar) das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00	2 Técnica/o(s)	Serviço para limpeza profunda de todas as áreas do armazém, arrumos e guarda-roupa